Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Os grandes ganham

Luiz Carlos Trabuco agora ajudará no desenho do ajuste fiscal, mas não se renderá ao que Lula chama de "bando de yuppies da Faria Lima". A turma dele é muito mais a dos grandes bancos e não das fintechs.

Outras surpresas virão

A escolha de Luiz Carlos Trabuco representa, na avaliação de petistas, que Lula está pensando de forma ampla para montar a equipe do seu quarto governo. Para usar a expressão da moda, "está pensando fora da caixa". O mesmo ocorrerá para a vaga do Supremo Tribunal Federal e para a área de segurança pública e a de Defesa.

Big techs na pauta

A votação do projeto que regulamenta a atuação econômica das big techs termina esta semana adiada para na próxima terça-feira, na Câmara dos Deputados. A proposta amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para fiscalizar a concorrência entre grandes plataformas digitais, com regras de transparência e restrições a práticas que favoreçam as próprias empresas. O relator, Aliel Machado, busca acordo entre os partidos para evitar novos adiamentos.

O lado bom da IA

Desde junho de 2025, tecnologia de inteligência artificial desenvolvida por uma empresa brasileira auxilia as forças policiais no combate à violência contra a mulher e crimes sexuais. Em Goiás, Paraná, São Paulo e Ceará, a polícia realizou mais de 700 prisões relacionadas a esses crimes, sendo 11 por feminicídio, com o apoio da plataforma desenvolvida pela Pax. Somente no último mês, foram mais de 200 prisões. Em média, a cada oito horas, um procurado por estupro foi preso com o apoio da inteligência artificial. "Uma mulher que denuncia um agressor precisa encontrar um Estado preparado para protegê-la. A inteligência artificial amplia a capacidade de investigação dos policiais, permitindo que tenham acesso, em segundos, a informações que antes poderiam levar horas ou dias para serem reunidas. Em situações de violência doméstica, essa agilidade pode salvar vidas", afirma David Peixoto, fundador e CEO da Pax.

O recado de Lula ao PT



O presidente Lula não gostou nada de ver integrantes de seu próprio partido criticando o convite dele a Luiz Carlos Trabuco, seja de público, seja nas reuniões privadas. O "sim" do empresário leva o presidente ao centro da política e à necessidade de "conter a esquerda". Lula sabe que, para ter sucesso, não poderá repetir a guinada total à esquerda que protagonizou em 2023. A ordem agora é buscar o equilíbrio, ainda que isso represente contrariar o próprio partido. Cabe ao PT "ter modos" com a chegada de Trabuco ao governo.

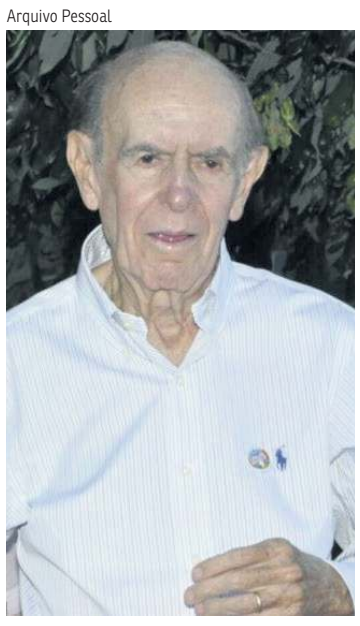
» » » »

Modus operandi/ Lula repete agora o que fez quando chamou o então deputado federal José Múcio para o Ministério de Relações Institucionais. "Os meus eu já tenho, preciso que você traga os seus". Lula cuidará de enquadrar o PT enquanto Trabuco terá a missão de acalmar o mercado. Até aqui, o presidente do Conselho de Administração do Bradesco foi bem-sucedido na largada, haja vista a baixa do dólar e a subida da Bolsa de Valores.

CURTIDAS

Reclamam de tudo/ Está explicada a ausência da senadora eleita Michelle Bolsonaro ao café desta semana com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Se os filhos criticam quase tudo que ela faz, esse simples café iria virar uma celeuma. Ela não deixaria o marido internado para participar de um convescote e ficar exposta.

Arquivo Pessoal



JK I/ A Amazon lançou ontem em sua plataforma o livro póstumo do ex-deputado Carlos Murilo Felício dos Santos *Juscelino Kubitschek — A vida, o poder é uma morte (in) conveniente*. Primo de Juscelino, Carlos Murilo teve seu mandato cassado na ditadura militar. A obra traz os bastidores da convivência entre eles e revisita as controvérsias sobre a morte do ex-presidente.

JK II/ Em maio deste ano, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Cemdp) concluiu que JK foi vítima de morte "violenta, causada pelo Estado brasileiro". O livro traz essa atualização.



Membros da corporação já se preparam para rever dossiês sobre ministros do STF, caso Edson Fachin peça novas versões

PF estuda refazer relatórios

» RENATO SOUZA

Ton Molina/Agência Senado



Levantamentos entregues por Andrei foram criticados por omitir relação de Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com o banqueiro Vorcaro

Integrantes do alto escalão da Polícia Federal (PF) avaliam que a corporação pode ter de refazer os relatórios enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à citação de ministros da Corte na investigação do caso do Banco Master. A avaliação é de que, diante das críticas, pode ocorrer uma nova determinação do Poder Judiciário para que os levantamentos sejam refeitos.

Já existe uma preparação para isso, de acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**. No entanto, os delegados aguardam uma manifestação do presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, a quem cabe decidir por pedir ou não que seja apresentada uma nova versão, com a correção de lacunas que foram deixadas.

Os documentos entregues pelo diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, geraram mau-estar na Corte. Entre os trechos que mais causaram desconforto está a citação ao ministro Nunes Marques, que, de acordo com o documento, reverteu sua própria declaração de impedimento para votar, em outubro de 2024, em um caso de interesse direto do banco.

No mesmo dia dessa votação, mensagens de texto interceptadas pela Polícia Federal apontam que o diretor jurídico do Master enviou ao banqueiro Daniel Vorcaro o cartão de contato do advogado Kevin de Carvalho Marques, filho do ministro, com a legenda "dominado aqui". Além disso, outros detalhes, inclusive sobre a intimidade do ministro, estariam detalhados.

No entanto, de outro lado, os relatórios deixaram de citar o contrato de R$ 131 milhões firmado pelo escritório de Viviane Barci de Moraes, esposa de Alexandre de Moraes. O documento, em que a existência foi reconhecida publicamente, teria sido editado pelo magistrado. Também foram suprimidas referências nos documentos ao resort Tayayá, no Paraná, ligado à família do ministro Dias Toffoli.

Documentos entregues

Durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, logo antes de entregar as versões mais recentes dos relatórios, na semana passada, Andrei afirmou que todos os dados colhidos pela PF estarão disponíveis para análise. "Vou encaminhar o HD de todo o material de onde saíram os relatórios e vou colocar à disposição do Fachin os relatórios dos delegados, que, na minha avaliação, não são adequados. Vou oficiar que está à disposição", disse o diretor.

No entanto, como a análise da conduta dos ministros precisa seguir um rito formal, existe a avaliação, dentro do Supremo, de que todas as informações relevantes precisam estar documentadas e formalmente citadas nos relatórios para serem usadas para embasar a posição do plenário sobre o caso.

Aos aliados, Andrei tem defendido que atuou para evitar nulidades no processo, como a citação a situações que já foram tratadas. Um dos casos que se enquadram nesta regra é o de Toffoli, cuja conduta foi alvo de uma reunião administrativa, realizada a portas fechadas, em março deste ano. O episódio fez com que o ministro deixasse a relatoria dos processos relacionados ao banco de Daniel Vorcaro.

A produção dos relatórios cumpriu ordem de Fachin, que, no despacho, afirmou que deveriam ser citados todos os ministros que aparecem nas investigações do Master. Porém, os investigadores não deveriam fazer juízo de valor sobre a conduta dos magistrados. Os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé, que participaram da elaboração de uma primeira versão dos documentos, foram afastados dos cargos de chefia antes do envio ao Judiciário. Eles atuavam na Coordenadoria-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro e eram responsáveis pela condução das investigações do caso Master.

Em nota, no começo do mês, a Polícia Federal informou que "não se manifesta sobre atos de gestão de pessoal de forma individualizada". Porém, a corporação destacou que "as designações e dispensas de funções de confiança do órgão (Funções Comissionadas Executivas — FCEs) são atos de gestão relacionados à organização interna da instituição, pautados por critérios de conveniência e oportunidade administrativa".